

Caderno de Provas

CPL P 06 - NS

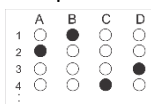
ENFERMEIRO

**Edital Nº. 001/2019 – PREFEITURA
MUNICIPAL DE LAJES/RN**

14 de abril de 2019

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

| <i>Disciplina</i> | <i>Número de questões</i> | <i>Pontos</i> |
|---------------------------------------|---------------------------|-------------------|
| Língua Portuguesa (Objetivas) | 10 questões | 30 pontos |
| Questões de Lógica (Objetivas) | 05 questões | 10 pontos |
| Conhecimentos Específicos (Objetivas) | 15 questões | 60 pontos |
| Total de questões | 30 questões | 100 pontos |

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Trabalho escravo: uma realidade persistente

Luciano Frota

Em memória dos três auditores-fiscais assassinados em 28 de janeiro de 2004, devido a inspeções para apurar denúncias de trabalho escravo em fazendas da região de Unaí (MG), o Brasil consagrou a data como “Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”.

O nosso país carrega na sua história a mancha indelével de um longo passado de escravidão legalizada, cuja abolição formal, ocorrida em 1888, não foi suficiente para romper os grilhões da indignidade, da indiferença e da marginalidade social. Mais de cem anos se passaram e ainda estamos lutando para livrar do cativeiro mulheres e homens trabalhadores que são explorados, à luz do dia, pelos senhores de “engenho” do século 21.

Mesmo sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema, forçado por pressões sociais e por denúncia formulada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em razão da morte de um trabalhador rural e de outro ferido ao tentarem fugir da Fazenda Espírito Santo, no Pará, onde 60 pessoas foram flagradas submetidas a trabalhos forçados e em condições desumanas (Caso 11.289).

É certo que a partir daí muitos avanços foram alcançados, sobretudo em razão de providências efetivas que passaram a ser adotadas pelos Ministérios do Trabalho e dos Direitos Humanos, bem como pelos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, que, em parceria com diversas outras instituições, formaram uma corrente de combate a essa chaga de indignidade, instituindo, dentre outras medidas, os chamados Grupos Móveis de Fiscalização.

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo. Ainda que retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, não mais limitando-o à privação da liberdade de locomoção, mas estendendo a sua tipificação para casos de aviltamento explícito da dignidade humana, em que trabalhadores são expostos a condições degradantes de trabalho, com jornadas exaustivas ou mesmo forçados por dívidas com o patrão.

Importante ressaltar que o Brasil, além dos compromissos internacionais, tem uma Constituição pactuada sob os pilares do respeito à dignidade da pessoa humana e ao trabalho como valor social. É dever do Estado não se omitir quanto ao combate a todas formas de trabalho indigno, em especial àquele tipificado como análogo à condição de escravo. E o dia 28 de janeiro deve servir exatamente para alertar as autoridades públicas do país que a escalada do trabalho escravo persiste, resistente, matando e mutilando seres humanos, segregando sonhos e coisificando pessoas.

A liberdade é direito inalienável do ser humano; não há liberdade sem garantia de dignidade; não há dignidade sem justiça social; e sem liberdade, sem dignidade e sem justiça social não há democracia.

Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 11 fev. 2019

01. O texto, de forma preponderante,

- A) apresenta um posicionamento acerca de como a sociedade brasileira tem lidado com o trabalho escravo.
- B) história toda a trajetória de luta da sociedade brasileira em busca de mecanismos para combater o trabalho escravo.
- C) enumera acontecimentos cruciais para a erradicação das condições de trabalho escravagista da sociedade brasileira.
- D) descreve os avanços em relação ao combate e à erradicação das condições de trabalho escravagista na sociedade brasileira.

02. Ao desenvolver o tema do texto, o autor opta por

- A) ser categórico na constatação da ineficiência das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.
- B) ratificar, sem concessões, a ineficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- C) desqualificar, sem ressalvas, a eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- D) fazer ponderações pontuais em relação à eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.

03. Considere o trecho:

O nosso país carrega na sua história a mancha **indelével** de um longo passado de escravidão legalizada [...]

O uso da palavra em destaque expressa que o passado de escravidão, no Brasil, é algo

- A) imperceptível aos olhos da maioria.
- B) impossível de ser apagado da nossa memória.
- C) impossível de ser compreendido.
- D) inexplicável para as gerações mais jovens.

04. Considere os trechos:

(1) **Mesmo** sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema [...]

(2) **Ainda que** retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Sobre os elementos linguísticos em destaque, é correto afirmar que

- A) ambos estabelecem relação sintático-semântica de condição entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **caso**.
- B) em (1) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de concessão entre parágrafos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **embora**.
- C) em (2) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de condição entre períodos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **desde que**.
- D) ambos estabelecem relação sintático-semântica de concessão entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **apesar de**.

05. Considere o trecho:

[...] forçado por pressões sociais e por denúncia formulada **perante a** Corte Interamericana de Direitos Humanos [...]

Sobre as palavras em destaque, nesse contexto de uso, é correto classificar que:

- A) a primeira é preposição, e a segunda, artigo.
- B) a primeira é conjunção, e a segunda, artigo.
- C) ambas são preposições.
- D) ambas são conjunções.

06. Considere o período:

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo.

Sobre as vírgulas presentes nesse trecho, verifica-se que

- A) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adjetivo, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- B) a primeira marca um bloco de informação com valor de aposto, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- C) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adverbial, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.
- D) a primeira marca um bloco de informação com valor predicativo, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.

07. Sobre o segundo e o terceiro parágrafos, é correto afirmar:

- A) O segundo não apresenta ideia central explícita.
- B) O terceiro faz contraposição à ideia central do segundo.
- C) O terceiro tão somente desenvolve a ideia central explícita no segundo.
- D) O segundo tão somente exemplifica o que vai ser afirmado no terceiro.

08. No texto, identifica-se a recorrência a

- A) outros discursos, com o objetivo de reforçar o discurso do autor.
- B) citações diretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.
- C) outros discursos, com o objetivo de refutar o discurso citado.
- D) citações indiretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.

09. O texto apresenta características que o aproximam do gênero

- A) notícia.
- B) artigo de opinião.
- C) reportagem.
- D) relato.

10. Considere o fragmento:

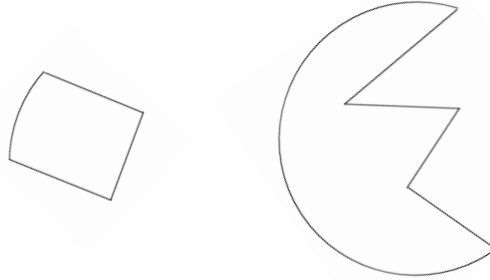
Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, **que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, [...]**

O trecho em destaque é uma oração

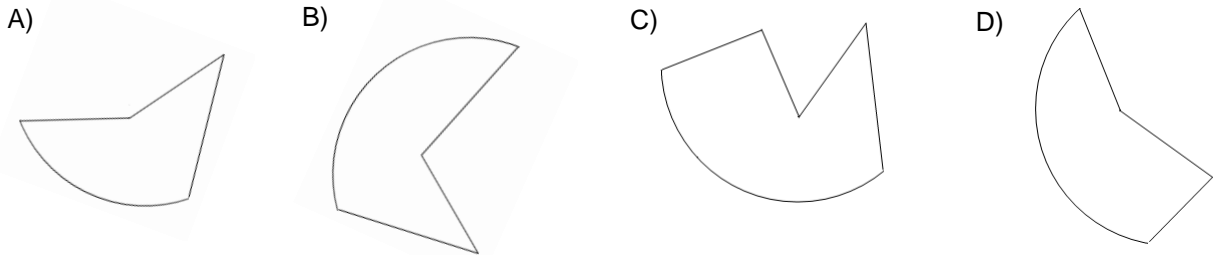
- A) subordinada com valor de substantivo.
- B) coordenada com valor explicativo.
- C) coordenada com valor restritivo.
- D) subordinada com valor de adjetivo.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÓGICA

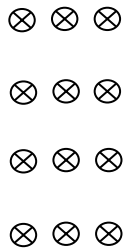
11. Um círculo de papel cartão com uma face branca e outra preta, foi cortado em três partes distintas. Duas dessas partes estão apresentadas a seguir:



A terceira parte que, junto com as duas anteriores, forma perfeitamente o círculo, é:



12. Considere o conjunto de doze objetos apresentados a seguir



Selecionando-se aleatoriamente, três objetos desse conjunto, a probabilidade de eles serem colineares (pertencerem a uma mesma reta) é de

- A) $\frac{1}{12}$
B) $\frac{1}{16}$
C) $\frac{1}{11}$
D) $\frac{1}{8}$

13. Dada a sentença “Se visito Lajes, então sou feliz”, sua negação é

- A) Não visito Lajes e sou feliz.
B) Visito Lajes e não sou feliz.
C) Se não visito Lajes, então não sou feliz.
D) Se não sou feliz, então não visito Lajes.

14. Considerando as 26 letras de nosso alfabeto, na sequência de letras

D J E L H P M V ?

o ponto de interrogação representa a letra

- A) T.
- B) R.
- C) S.
- D) U.

15. André é engenheiro, então Luciano não é comerciante. Ou Luciano é comerciante, ou Erick é veterinário. Se José não é advogado, então André é engenheiro. Ora, nem Erick é veterinário nem Cintia é médica. Logo:

- A) José não é advogado e Luciano é comerciante.
- B) Erick é veterinário ou André é engenheiro.
- C) Se Luciano é comerciante, André é engenheiro.
- D) José é advogado e Luciano é comerciante.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ENFERMEIRO – SUPERIOR

16. A Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Nesse contexto, é inferida a criação de comissões intersetoriais cuja finalidade é articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do SUS. Essa articulação abrangerá as atividades de
- A) saúde dos animais domésticos.
 - B) sustentabilidade e saúde dos desempregados.
 - C) esporte e lazer.
 - D) saneamento e meio ambiente.
17. O Estatuto do Idoso, disposto pela Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, infere que, ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais, é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável. Contudo, não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita
- A) pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar.
 - B) pelo amigo mais próximo, ainda que este não tenha procuração de curador do idoso.
 - C) pelos familiares, mesmo que o idoso tenha curador e este possa ser comunicado em tempo hábil.
 - D) pela direção do serviço de saúde em que ele esteja inserido.
18. O gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) constitui-se em um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais. O regulamento técnico sobre esse gerenciamento é disposto na Resolução RDC nº 306/2006 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). De acordo com essa resolução, em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde,
- A) o PGRSS não precisa contemplar as medidas preventivas e corretivas de controle integrado de insetos e roedores.
 - B) compete a todo gerador de RSS elaborar seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS.
 - C) compete somente ao órgão fiscalizador da área monitorar e avaliar o PGRSS de um gerador.
 - D) as ações a serem adotadas em situações de emergência e acidentes em relação ao manuseio dos RSS não devem estar dispostas no PGRSS.
19. A Portaria Ministerial nº 1.459/2011 institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, a Rede Cegonha, a qual consiste numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis. Essa rede organiza-se a partir de 4 (quatro) componentes. Assim, compreende uma ação relacionada ao componente Pré-Natal
- A) acesso ao pré-natal apenas de baixo risco.
 - B) prevenção, mas não tratamento das DST/HIV/Aids e Hepatites.
 - C) busca ativa de crianças vulneráveis.
 - D) realização dos exames de pré-natal de risco habitual e de alto risco e acesso aos resultados em tempo oportuno.

20. Os Centros de Material e Esterilização (CME), dos serviços de saúde, são regulamentados pela Resolução - RDC nº 15/2012 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a qual dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. De acordo com essa resolução,
- A) produtos para saúde não-críticos são aqueles que entram em contato com pele não íntegra ou mucosas íntegras colonizadas.
 - B) carga de maior desafio é o conjunto de medidas comportamentais dos profissionais de saúde visando à prevenção de contaminação cruzada entre o ambiente sujo e o ambiente limpo.
 - C) desinfecção de alto nível é processo físico ou químico que destrói a maioria dos microrganismos de artigos semicríticos, inclusive microbactérias e fungos, exceto um número elevado de esporos bacterianos.
 - D) desinfecção de nível intermediário é a remoção de sujidades orgânicas e inorgânicas, redução da carga microbiana presente nos produtos para saúde, utilizando água, detergentes, produtos e acessórios de limpeza, por meio de ação mecânica.
21. Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram criados com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade. Baseado na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, sobre os NASF, é correto afirmar que
- A) as NASF fazem parte da atenção básica, mas não se constituem como serviços com unidades físicas independentes ou especiais e não são de livre acesso para atendimento individual ou coletivo.
 - B) a responsabilização entre a equipe do NASF e as equipes de Saúde da Família não é compartilhada para populações específicas. Essa relação é feita por meio de encaminhamentos, mas não é baseada no processo de referência e contra referência;
 - C) os NASF 1 e 2 devem funcionar em horário de trabalho diferente das equipes de Saúde da Família e/ou equipes de atenção básica para populações específicas que apoiam;
 - D) define-se que cada NASF 1 realize suas atividades vinculado a, no mínimo, quinze e, no máximo, vinte equipes de Saúde da Família e/ou equipes de atenção básica para populações específicas.
22. A Norma Regulamentadora nº 32, do Ministério do Trabalho, estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral. Segundo essa norma,
- A) o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) deve ser reavaliado 03 (três) vezes ao ano.
 - B) o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) deve estar à disposição dos trabalhadores, bem como da inspeção do trabalho.
 - C) o empregador do serviço de saúde deve permitir o consumo de alimentos e bebidas nos postos de trabalho.
 - D) a vestimenta usada no ambiente de trabalho em serviço de saúde deve ser comprada pelo empregado, conforme as recomendações do empregador.
23. O Programa Nacional de Imunizações – PNI tem por objetivo normatizar as ações de imunização em nível nacional, contribuindo para o controle ou erradicação das doenças infectocontagiosas e imunopreveníveis. Segundo o calendário de vacinação de 2018,
- A) a primeira dose da vacina contra o *Rotavírus* humano deve ser administrada aos 15 meses.
 - B) a primeira dose da vacina Meningocócica C deve ser administrada aos 5 meses.
 - C) a vacina Pneumocócica 23V está contraindicada para a população indígena a partir dos 5 anos de idade.
 - D) a vacina tetra viral corresponde à segunda dose da tríplice viral e à dose da vacina varicela. Esta vacina está disponível para crianças até 4 anos 11 meses e 29 dias, não oportunamente vacinadas aos 15 meses.

24. O Brasil assumiu, na Constituição Federal de 1988, a garantia do direito universal à saúde, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e, em 1990, a proteção integral da criança, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Seguindo um processo de ganhos legais no que diz respeito à saúde da criança, foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) pela Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Sobre essa portaria, é correto afirmar:
- A) a PNAISC se estrutura em 7 (sete) eixos estratégicos, com a finalidade de orientar e qualificar as ações e serviços de saúde da criança no território nacional.
 - B) para fins de atendimento em serviços de pediatria no SUS, a PNAISC contemplará crianças e adolescentes até a idade de 18 (dezoito) anos, sendo este limite etário passível de alteração, de acordo com as normas e rotinas do estabelecimento de saúde responsável pelo atendimento.
 - C) para fins da PNAISC, considera-se primeira infância: pessoa na faixa etária de 0 (zero) a 10 (dez) anos.
 - D) o aleitamento materno e a alimentação complementar saudável são diretrizes da PNAISC.
25. A Obstrução de Vias Aéreas por Corpos Estranhos (OVACE) é o episódio testemunhado (ou referido) de engasgo com tosse e/ou sinais de sufocação. Deve ser avaliado quanto a sua severidade e, posteriormente, conduzido à abordagem específica, de acordo com sua classificação. Segundo o Protocolo Nacional de Intervenção para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 92, de Suporte Básico de Vida (2014), em caso de OVACE com obstrução leve em paciente responsivo, orienta-se
- A) executar a manobra de Heimlich.
 - B) posicionar o paciente em decúbito dorsal em uma superfície rígida.
 - C) não realizar manobras de desobstrução, não interferir.
 - D) abrir vias aéreas, visualizar a cavidade oral e remover o corpo estranho, se visível e alcançável (com dedos ou pinça).
26. A hanseníase é uma doença crônica, infectocontagiosa, cujo agente etiológico é o *Mycobacterium leprae*, um bacilo álcool-ácido resistente, fracamente gram-positivo, que infecta os nervos periféricos e, mais especificamente, as células de Schwann. Com o objetivo de auxiliar os profissionais de saúde no âmbito da vigilância, atenção básica e demais níveis de atenção acerca da Hanseníase, o Ministério da Saúde publicou, em 2017, um Guia Prático Sobre a Hanseníase. Esse documento utiliza a Classificação de Madri (1953) para melhor compreensão e facilidade no diagnóstico. Sobre essa classificação e, de acordo com esse documento,
- A) na Hanseníase dimorfa (multibacilar), a lesão de pele geralmente é única, mais clara do que a pele ao redor (mancha), não é elevada (sem alteração de relevo), apresenta bordas mal delimitadas e é seca.
 - B) a Hanseníase tuberculóide (paucibacilar) é a forma da doença em que o sistema imune da pessoa consegue destruir os bacilos espontaneamente.
 - C) A Hanseníase virchowiana (multibacilar) é a forma menos contagiosa da doença. O paciente virchowiano apresenta manchas visíveis e é incomum aparecerem caroços (pápulas e nódulos).
 - D) Na Hanseníase indeterminada (paucibacilar), é comum aparecerem caroços (pápulas e nódulos) escuros, endurecidos e assintomáticos (hansenomas), assim como perda parcial a total das sobrancelhas (madarose), cílios e cabelo do couro cabeludo.

27. Para um paciente diabético, com prescrição de insulinoterapia, está prescrito 30 UI de insulina NPH a cada 8h, via subcutânea. Contudo, pela indisponibilidade no serviço de seringas específicas para administração de insulina, o medicamento deverá ser aspirado numa seringa hipodérmica graduada de 3 ml. Para o cumprimento da prescrição, durante o preparo do medicamento, o profissional deve aspirar, na seringa de 3ml,
- A) 0,3 ml de insulina.
 - B) 3 ml de insulina.
 - C) 2 ml de insulina e 1 ml de soro fisiológico.
 - D) 1,3 ml de insulina.
28. A Segurança do Paciente é um dos seis atributos da qualidade do cuidado e tem adquirido, em todo o mundo, grande importância para os pacientes, famílias, gestores e profissionais de saúde com a finalidade de oferecer uma assistência segura. A resolução - RDC nº 36, de 25 de julho de 2013, institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Sobre os conceitos e orientações abordadas nesse documento, considera-se que
- A) evento adverso é o comprometimento da estrutura ou função do corpo e/ou qualquer efeito dele oriundo, incluindo doenças, lesão, sofrimento, morte, incapacidade ou disfunção, podendo, assim, ser físico, social ou psicológico.
 - B) núcleo de segurança do paciente (NSP) é o estabelecimento destinado ao desenvolvimento de ações relacionadas à promoção, proteção, manutenção e recuperação da saúde, qualquer que seja o seu nível de complexidade.
 - C) gestão de risco é o documento que aponta situações de risco e descreve as estratégias e ações definidas pelo serviço de saúde para a gerência de risco, visando à prevenção e a mitigação dos incidentes, desde a admissão até a transferência, a alta ou o óbito do paciente no serviço de saúde.
 - D) incidente é o evento ou circunstância que poderia ter resultado, ou resultou, em dano desnecessário à saúde.
29. O acompanhamento Pré-natal tem como objetivo assegurar o desenvolvimento da gestação, permitindo o parto de um recém-nascido saudável, sem impacto para a saúde materna, inclusive abordando aspectos psicossociais e as atividades educativas e preventivas. Dentre os cadernos de atenção básica, o Ministério da Saúde publicou, em 2012, o caderno 32, que aborda a atenção ao Pré-Natal de baixo risco. Segundo esse caderno,
- A) o calendário de consultas de pré-natal deve seguir um cronograma, de forma que, no período da 28ª até a 36ª semana, as consultas devem acontecer mensalmente.
 - B) teste rápido de triagem para sífilis e/ou VDRL/RPR não deve ser solicitado na primeira consulta de pré-natal.
 - C) altura menor do que 1,45m é um fator desfavorável à realização do pré-natal pela equipe de atenção básica.
 - D) com a técnica para palpação abdominal (Manobras de Leopold), é possível identificar a situação fetal que pode ser: cefálica, pélvica ou córmica.

30. A Lei nº 7.498/1986, lei do exercício profissional de enfermagem, dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Constitui referência indispensável para a prática da enfermagem, servindo de alicerce para as ações dos profissionais de enfermagem. De acordo com essa lei
- A) o técnico de enfermagem exerce atividade de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços auxiliares de Enfermagem sob supervisão, bem como a participação em nível de execução simples.
 - B) são técnicos de enfermagem os titulares de certificado de enfermeiro prático ou prático de enfermagem, expedido até 1964 pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia.
 - C) o enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe privativamente planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem.
 - D) a enfermagem é exercida privativamente pelo enfermeiro, pelo técnico de enfermagem e pelo auxiliar de enfermagem, mas não pela parteira.